

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que entre si celebram, com base no disposto no artigo 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por seus respectivos representantes legais, devidamente autorizados pelas respectivas assembleias gerais extraordinárias, de um lado **SINDICATO DAS EMPRESAS REVENDEDORAS DE GÁS DO ALTO PARANAÍBA, NORTE, NOROESTE E TRIÂNGULO MINEIRO**, a seguir denominado **SINDERGÁS ANT – MG** inscrito no CNPJ/MF nr. 09.346.607/0001-00 entidade sindical, com sede e foro jurídico em Patos de Minas (MG) representando as empresas revendedoras de gás, e do outro lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETROLÉO NO ESTADO DE MINAS GERAIS** – a seguir denominado **SITRAMICO**, inscrito no CNPJ/MF nr. 17.430.851/0001-77 entidade sindical, com sede e foro jurídico em Belo Horizonte (MG), mediante as seguintes cláusulas e condições:

_____ **2015 / 2016** _____

01- DATA BASE

Fica estabelecida a data base da categoria para o dia 01º (primeiro) de outubro de cada ano.

02- ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá as categorias representadas pelos sindicatos signatários deste instrumento, aplicando-se as relações de trabalho existentes ou que venham a existir da categoria profissional - relacionada na Cláusula 03 (três) desta Convenção -, que laboram nas empresas revendedoras de gás representadas pelo Sindergás ANT MG, independente da sindicalização, nas seguintes cidades: **Arapuá, Araxá, Brasilândia de Minas, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Coromandel, Dom Bosco, Estrela do Sul, Guarda-Mor, Guimarânia, Ibiá, Indianópolis, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Monte Carmelo, Nova Ponte, Patos de Minas, Patrocínio, Perdizes, Ponto Chique, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, São Joao da Lagoa, Serra do Salitre, Tiros, Varjão de Minas e Vazante.**

03 – PISOS DA CATEGORIA

Fica estabelecido que a partir de 01° (primeiro) de Outubro de 2015, os pisos salariais serão os seguintes:

a) AUXILIAR ADMINISTRATIVO	R\$ 877,93
b) RECEPCIONISTA E ATENDENTE	R\$ 877,93
c) CONFERENTE	R\$ 877,93
d) PORTEIRO, COBRADOR, CONTÍNUO, FAXINEIRO	R\$ 877,93
e) ASSISTENTE COMERCIAL, VENDEDOR	R\$ 877,93
f) AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	R\$ 877,93
g) AJUDANTE EXTERNO (vide 3.2)	R\$ 877,93
h) ENTREGADOR (vide 3.3 e 3.4)	R\$ 937,33
i) SALÁRIO DE INGRESSO	R\$ 877,93
j) DEMAIS EMPREGADOS	R\$ 877,93

3.1 - Considera-se **Entregador**, aquele empregado que realiza a entrega e/ou transporte de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), vasilhames ou outros bens pertencentes ao objeto social das empresas – que poderão ser de tração automotora, elétrica ou propulsão humana - independente do veículo que utilize para exercer suas atividades, dentro do perímetro urbano;

3.2 – Fica estipulada uma remuneração mínima mensal para os **Ajudantes Externos** composta de salário no valor de R\$ 877,93 (oitocentos e setenta e sete reais e noventa e três centavos), mais Adicional de Periculosidade e mais a Ajuda de Custo de R\$ 83,60 (oitenta e tres reais e sessenta centavos);

3.3 – Fica estipulada uma remuneração mínima mensal para **Entregador** composta de salário no valor de R\$ 937,33 (novecentos e trinta e sete reais e trinta e três centavos), mais Adicional de Periculosidade e mais Ajuda de Custo de R\$ 83,60 (oitenta e tres reais e sessenta centavos);

3.4 – A condição prevista no item anterior (3.3), contempla todos os entregadores das empresas revendedoras de gás - sejam estas empresas especializadas no comercio de gás ou empresas com atividade social combinada, como por exemplo, nos segmentos gás e água, gás e bebidas ou gás e supermercado -, que tem como pressuposto trabalho direto, permanente e habitual com inflamáveis;

3.5- Fica estipulado que partir de 01 (primeiro) fevereiro de 2016 o piso salarial das categorias citadas na **clausula 03 a/b/c/d/e/f/g/i/j** (exceto a letra **h** – relativo ao Entregador que permanece inalterado) passa a ser de R\$ 888,00 (oitocentos e oitenta e oito reais);

3.6- Poderão ser compensados os aumentos espontâneos e/ou antecipações salariais porventura concedidos no periodo de 12 (doze) meses anteriores à vigência desta C.C. T;

3.7 - As diferenças salariais oriundas dos meses de novembro e dezembro (incl.13º salário) de 2015, poderão ser pagas até março 2016 (folha de pagamento referente a fevereiro 2016);

3.8 – Entende-se como **Salário de Ingresso** o destinado a Entregador que estiver em período de experiência de até 90 (noventa) dias, sendo verdade o referido contrato de experiência no caso de readmissão do empregado para a mesma função de Entregador.

04 - REAJUSTE SALARIAL

Os empregados não inseridos na classificação prevista na cláusula 03 (três) de “a” a “j”, no dia 1º (primeiro) de outubro de 2015, terão reajuste salarial de 10% (dez por cento), a ser aplicado sobre os salários vigentes em setembro de 2015.

4.1- Poderão ser compensados os aumentos espontâneos e/ou antecipações salariais porventura concedidos no período de 12 (doze) meses anteriores a vigência desta C.C.T.;

4.2- - As diferenças salariais dos meses de outubro a dezembro (inc. 13º salário) de 2015, poderão ser pagas até março de 2016 (folha de pagamento referente a fevereiro 2016).

05 - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

As empresas pagarão o Adicional de Periculosidade a todos os empregados que venham a trabalhar diretamente com inflamáveis, bem como os de escritório lotados no quadro de pessoal de terminal e de depósito em que haja estocagem e engarrafamento de inflamáveis, de forma permanente e habitual ou intermitente, sendo considerada como área de risco toda a área do depósito (NR 16 MTE / Portaria nr.3.2014/78).

06 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Fica vedada a celebração do contrato de experiência nos casos de readmissão de empregado para a mesma função anteriormente exercida, ressalvada a hipótese de haver mais de 01 (um) ano entre a data da saída e a readmissão.

07 - CESTA BÁSICA

A empresa concederá a partir de 1º (primeiro) de outubro de 2015, o benefício mensal denominado de **CESTA BÁSICA ALIMENTAÇÃO** a todos os seus empregados ativos e assíduos, que cumprem jornadas de 8 (oito) horas diárias, exceto os que estejam em período de experiência, correspondente a:

I – 01 (uma) carga de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) de 13 (treze) quilogramas,

II – Cheque alimentação no valor de R\$180,00 (cento e oitenta reais) ou uma cesta básica na forma física composta dos seguintes itens:

- a) 15 Kg de arroz TP1;
- b) 05 Kg de açúcar cristal;
- c) 03 latas (1l) de óleo de soja;
- d) 03 kg de feijão carioca;
- e) 01 kg de fubá;
- f) 01 kg de farinha de mandioca;
- g) 02 kg de farinha de trigo;

- h) 03 pacotes (500gr) espaguete;
- i) 03 pacotes (375gr) de biscoito;
- j) 01 kg de sal;
- k) 02 latas (340gr) de extrato de tomate;
- l) 01 kg de café;
- m) 01 lata (300gr) de ervilha;
- n) 01 pote (500gr) tempero alho e sal
- o) 03 frascos detergente liquido (500ml)
- p) 02 pacotes palha de aço
- q) 04 barras de sabão

7.1 - Estes benefícios, que têm por finalidade exclusiva a melhoria da alimentação do empregado e de seus familiares, não tem caráter remuneratório e nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não lhes aplicando o princípio da habitualidade;

7.2 - O benefício concedido por esta cláusula, se não utilizados no mês, não acumula para os meses seguintes;

7.3 - Faz jus ao benefício da carga de gás o empregado que, além dos requisitos dos parágrafos anteriores desta cláusula, o mesmo não resida em área abastecida por gás canalizado, o qual deverá retirar sua carga de gás, tão somente, no decorrer do mês autorizado e no estabelecimento operacional de sua empregadora;

7.4 - A empresa descontará R\$3,00 (tres reais) do empregado, pelo fornecimento da cesta basica mensal, quando do pagamento dos salarios mensais;

7.5 - Somente receberá este benefício o empregado ativo na empresa, assíduo ao trabalho, que não tiver faltas injustificadas e cuja jornada de trabalho seja de 08 (oito) horas diárias; não sendo devido os benefícios aos empregados beneficiários cujo contrato de trabalho esteja suspenso ou interrompido;

7.6 - O empregado terá direito aos benefícios previstos nessa cláusula, somente após o transcurso do prazo do contrato de experiência;

08 - CONVÊNIO FARMÁCIA

As empresas estabelecerão sistema de convênios com farmácias para aquisição de medicamentos, mediante prescrição médica, com o correspondente desconto em folha de pagamento - exceto quando houver impedimento legal para a realização do convênio-, no limite de ate 30% (trinta por cento) do salário base do empregado.

8.1 - O valor dos medicamentos adquiridos pelos trabalhadores será descontado em folha, desde que previamente autorizado por escrito, devendo a respectiva importância ser discriminada no recibo de pagamento;

8.2 - Caso o empregado adquira medicamentos acima do estipulado na cláusula 08, sem autorização do empregador, ficará sujeito a ser excluído do benefício automaticamente, podendo ser descontado integralmente o referido valor pelo empregador.

09 – SEGURO DE VIDA

As empresas contratarão, em favor de seus empregados, exceto os que estejam em período de experiência, seguro de vida em grupo, sem ônus para eles, com cobertura mínima correspondente a R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais) por morte natural ou acidente pessoal.

9.1- Em caso de morte do segurado titular, será obedecido o seguinte critério de indenização:

1º - ao cônjuge ou companheiro reconhecido legalmente;

2º - aos filhos, inexistindo o cônjuge ou companheiro;

3º - aos pais inexistindo o cônjuge ou companheiro e filhos;

4º - aos herdeiros legais, inexistindo o cônjuge ou companheiro, filhos e ou pais.

9.2- É lícito ao segurado titular, a qualquer tempo, instituir beneficiário ou beneficiários do seguro, por indicação expressa à Seguradora por carta de próprio punho, datada e assinada pelo mesmo. Prevalecerá sobre todos os termos da cláusula específica, desde que a designação não recaia sobre pessoa que for legalmente inibida de receber a doação do seguro;

9.3- Os cônjuges e companheiros que façam parte do Grupo Segurável como Segurados Principais, não poderão participar do seguro na Cláusula de Inclusão do Cônjuge. Em caso de sinistro se constatado o acúmulo de risco, a indenização se fará pelo maior valor segurado (garantia básica), sendo restituído o valor de prêmio pago à maior.

10 - JORNADA DE TRABALHO EXTERNA

Aplicam-se aos trabalhadores abrangidos por esta convenção coletiva desde que exerçam atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, os dispositivos do *Art. 62, I, da CLT*, ficando isentos do controle de jornada de trabalho.

Parágrafo Único - Não se aplicam, por seu flagrante conflito com o disposto no *Art. 62, I* (primeiro), da *CLT*, o disposto no *Art. 74, § 3* do mesmo diploma legal.

11 - COMPENSAÇÃO DE HORA EXTRA – ADEQUAÇÃO JORNADA DE TRABALHO

É permitido que os empregadores, em comum acordo com seus empregados, escolham os dias da semana (de 2ª feira a sábado) em que ocorrerão reduções da jornada de trabalho de seus empregados para adequá-la às 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Parágrafo Único - Faculta-se às empresas a adoção do sistema de compensação de horas extras, pelo qual as horas extras efetivamente realizadas pelos empregados, limitadas a (02) duas horas diárias, durante o mês, poderão ser compensadas, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o mês da prestação da hora, com reduções de jornadas ou folgas compensatórias.

a) O período máximo de compensação não poderá exceder de 60 dias;

b) No caso de ser excedido o período de 60 dias, as empresas pagarão como extras as horas excedentes trabalhadas, com “adicional de horas extras” de 60% (sessenta por cento).

12 - JORNADA ESPECIAL DE 12 x 36 HORAS

Faculta-se a adoção do sistema de trabalho denominado "Jornada Especial", com 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de folga.

12.1 - Para os que trabalham sob a denominada "Jornada Especial", as 12 (doze) horas de trabalho serão entendidas como normais, ficando esclarecido não existir horas extras no caso de serem ultrapassadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, desde que o excesso seja compensado na semana seguinte, o que é próprio desta "Jornada Especial".

12.2 - Fica assegurado, no curso desta "Jornada Especial", um intervalo de 01 (uma) hora para repouso e refeição.

13 – REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS

A remuneração do serviço extraordinário quando não compensadas as horas, será acrescido do percentual de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora normal, acrescido dos adicionais quando devidos.

14 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS – PLR

As empresas pagarão aos empregados admitidos até 30.10.2015, um abono de participação nos lucros no valor de R\$285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais) / ano, em 02 (duas) parcelas de R\$ 142,50 (cento e quarenta e dois reais e cinquenta centavos) a serem quitadas nas folhas de pagamentos dos meses de abril e julho de 2016, proporcional aos meses trabalhados.

Parágrafo Único - Este abono não tem caráter remuneratório e nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

15 - ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM

As empresas fornecerão alimentação e hospedagem gratuita aos empregados que viajarem a serviço da empresa.

15.1 - As empresas fornecerão auxílio refeição no valor de R\$ 16,50 (dezesesseis reais e cinquenta centavos) / dia para o pessoal que presta serviço externo fora do perímetro urbano;

15.2 - Estas ajudas, que têm por finalidade exclusiva possibilitar a prestação do serviço, não têm caráter remuneratório e nem constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

16 - ADIANTAMENTO SALARIAL

Havendo solicitação pelo empregado, a empresa concederá até o 20º (vigésimo) dia, que antecede a data do pagamento, um adiantamento salarial de até 40% (quarenta por cento) do salário base do mês.

17 - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus empregados, mensalmente, os comprovantes de pagamento com as especificações de salários e descontos realizados.

18 - FÉRIAS

As férias deverão ser comunicadas com 30 (trinta) dias de antecedência e ter o pagamento correspondente efetuado até 02 (dois) dias antes do início do gozo;

Parágrafo Único - O início das férias não poderá coincidir com sábado, domingo, feriado ou dia destinado à compensação de folga.

19 – UNIFORMES

O fornecimento de uniformes será gratuito, quando exigido o seu uso. Na data da rescisão de contrato e por ocasião do fornecimento semestral de uniformes, fica o empregado obrigado a devolver os que estão em sua posse / uso, independentemente do estado de conservação que este se encontre.

19.1 - As empresas fornecerão semestralmente, 02 (dois) jogos de uniformes e 01 (um) par de botinas aos empregados que tenham de trabalhar uniformizados, sendo que as equipes de entrega externa receberão, também, uma vez por ano, 01 (uma) capa de chuva para cada um de seus integrantes;

19.2 – É de responsabilidade do empregado todo desgaste do uniforme que não seja o natural, inclusive ocorrências como perda ou extravio do mesmo;

19.3 – O uniforme é de uso exclusivo durante o período de trabalho e cabe ao empregado o zelo e a manutenção do mesmo.

20 – EMPREGADO ACIDENTADO

O empregado que sofrer acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na Empresa, após cessação do auxílio-doença acidentária, independentemente de percepção de auxílio-acidente, de conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991.

21 – DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO – CIPA

As empresas que estiverem obrigadas a constituir a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, de acordo com o dimensionamento previsto no Quadro I na Norma Regulamentadora nº 5, do Ministério do Trabalho e Emprego, deverão observar os procedimentos previstos na legislação.

22 – HOMOLOGAÇÃO

As rescisões contratuais dos empregados que contarem tempo de serviço igual ou superior a 01 (um) ano, deverão ser homologadas perante o Sindicato da categoria profissional, desde que na localidade exista sede, sub-sede ou delegacia do órgão da classe, observando o disposto na Lei nº7855, de 24/10/89.

23 - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL

Conforme decisão em Assembleia Geral (AGE) do Sindicato Profissional, realizada em **01(primeiro) de setembro de 2015**, a Contribuição Negocial será de 5% (cinco por cento) do salário base mensal, acrescido do Adicional de Periculosidade, limitado ao desconto máximo de R\$ 70,00 (setenta reais) por trabalhador, descontado na folha de *pagamento do mês de Abril e repassado até o dia 10 de maio de 2016* ao SITRAMICO-MG, estabelecido à Rua Célio de Castro, 780 – Centro - Belo Horizonte, ressalvada a oposição individual do empregado que não concordar com o desconto.

Parágrafo Único – O direito de oposição individual deverá ser exercido após assinatura desta C.C.T, no prazo de 90 (noventa) dias.

24 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL MENSAL

Conforme consta da data da AGE, realizada em **01/09/2015**, foi aprovado o desconto aos empregados a Contribuição Assistencial Mensal, na proporção de 1% (um por cento) do salário base mensal, acrescido do Adicional de Periculosidade, a ser recolhido até o dia 10 (dez) de cada mês, subsequente ao vencido, ressalvada a oposição individual do empregado que não concordar com o desconto, no prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único Excepcionalmente no mes que for descontada a Contribuição Negocial, não sera descontada a Contribuição Assistencial Mensal dos empregados.

25 - DESCONTO DE MENSALIDADES SOCIAIS

As empresas se obrigam a descontar, mensalmente, conforme art. 545 da C.L.T. dos seus empregados sindicalizados, que tenham autorizado o desconto em folha, as Mensalidades Sociais, do valor atribuído pelo Sindicato dos Trabalhadores, repassando-as o mês subsequente.

26 – CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

De acordo com o disposto no artigo 513, alínea “e” da CLT, Art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal e deliberada na Assembleia Geral Extraordinária – AGE do SINDERGAS ANT-MG, (realizada em 25 (vinte e cinco) de setembro de 2015, conforme Edital Publicado no Jornal “Diário do Comercio”, publicado em 12 de setembro de 2015), os empregadores abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho recolherão, anualmente, a título de Contribuição Negocial Patronal, o valor de R\$ 70,00 (setenta reais), multiplicado pelo número de sócios da empresa, constante no contrato social do

mês da contribuição, a ser recolhido em **30 (trinta) de maio de 2016**, mediante guias próprias fornecidas pela Entidade Patronal.

26.1 - As empresas preencherão o valor do depósito de acordo com o número de sócios da empresa, sejam sócios – administradores ou não, constante no contrato social do mês de abril de 2016, documento este que será utilizado para comprovação dos recolhimentos junto ao Sindergas ANT MG;

26.2 - A falta do recolhimento da Contribuição Negocial Patronal na data de seu vencimento, acarretará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor principal e juros de mora sobre o valor de 1% (um por cento) ao mês;

26.3 - As empresas que forem constituídas ou promoverem alteração de contrato social – com inclusão de sócio a partir de *maio de 2016*, deverão procurar a guia no Sindergas ANT MG para preenchimento e pagamento, sem multa e juros, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados do registro na Jucemg;

26.4 - Ficam as empresas obrigadas a encaminhar ao SINDERGAS ANT-MG situado na Rua Major Gote nº 1022, sala 407, Centro, Patos de Minas (MG), até a data de **31 (trinta e um) de junho de 2016**, cópia do comprovante de recolhimento da Contribuição Negocial Patronal devidamente autenticado pelo banco recebedor;

26.5 – Fica assegurado o direito de oposição à contribuição aqui estabelecida, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da assinatura desta C.C.T.

27 – PARTICIPAÇÃO PATRONAL

Fica convencionado que o Sindicato das Empresas Revendedoras de Gás do Alto Paranaíba, Norte, Noroeste e Triangulo Mineiro - SINDERGAS ANT – MG, participará de todas as negociações e acordos realizados entre as empresas Revendedoras de Gás e o SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETROLÉO – SITRAMICO, ficando a cargo deste sindicato a convocação para a participação nas negociações e acordos.

28 – MULTA

O não cumprimento de quaisquer das cláusulas dessa C.C.T., pelas empresas, implicará a estas na multa de R\$ 33,00 (trinta e tres reais) por empregado e por infração, revertida a mesma a favor do sindicato profissional e da parte prejudicada.

29 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta Convenção Coletiva de Trabalho substituirá, em todos os itens a que a mesma se refere, quaisquer outros Acordos, práticas e condições existentes nas relações entre as empresas, seus empregados e sindicatos, desde que esses acordos, práticas e condições sejam inferiores aos que ora são ajustados.

Parágrafo Único – Os benefícios estipulados nesta Convenção Coletiva de Trabalho serão objeto de compensação, na hipótese de existirem ou vierem a existir, por ato compulsório do poder público, vantagens diretas ou indiretas equivalentes e que visem o

atendimento dos mesmos fins colimados no presente ajuste, de forma a não estabelecer duplo pagamento.

30 - VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de **01º (primeiro) de Outubro de 2015 a 30 (trinta) de Setembro de 2016.**

Portanto, justo e acordado, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Patos de Minas (MG), 02 de dezembro de 2015.



NORMA RIBEIRO GUIMARÃES MARQUES

CNPJ/MF nr. 934.238.616-49

Presidente

*Sindicato das Empresas Revendedoras de Gás
do Alto Paranaíba, Norte, Noroeste e Triângulo Mineiro – SINDERGAS ANT – MG
CNPJ/MF nr. 09.346.607/0001-00*





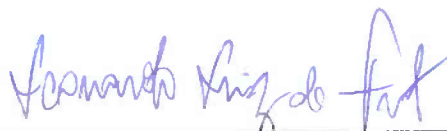
ELIAS RODRIGUES DE ALMEIDA JÚNIOR

CNPJ/MF nr. 868.929.326-49

Vice-Presidente

*Sindicato das Empresas Revendedoras de Gás
do Alto Paranaíba, Norte, Noroeste e Triângulo Mineiro – SINDERGAS ANT- MG.*





LEONARDO LUIZ DE FREITAS

CNPJ/MF nr. 402.710.806-04

Presidente

*Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios
e Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais – SITRAMICO –MG
CNPJ/MF nr. 17. 430.851/0001-77.*

